



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às 13h37min do dia 7/3/17, no Plenário Camil Caram, sob a presidência do vereador Reinaldo Gomes e com a presença dos vereadores Dr. Nilton e Preto, reuniu-se a Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos. Da ORDEM DOS TRABALHOS constou: I - Aprovação de atas: não tendo recebido impugnação das atas da 2ª Reunião Extraordinária e da 3ª Reunião Ordinária, realizadas em 17 e 21/2/17, respectivamente, o presidente comunicou sua aprovação, nos termos regimentais. III – Discussão e votação: Alteração de evento aprovado anteriormente pela comissão: EM TURNO ÚNICO: Requerimento de Comissão nº 95/17, de autoria do vereador Fernando Borja, que solicita “Audiência pública da Comissão de Administração Pública, a ser realizada no dia 27/04/2017, às 15:30h, no Plenário Amyntas de Barros, com a finalidade de discutir os aspectos da nova Lei de parceria entre a Administração Pública e as organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.204/2015). Lista de convidados anexa”. O presidente salientou que, conforme informação da assessoria, este requerimento necessita ter sua data de realização alterada, tendo em vista que o local encontrar-se-á ainda em reforma até a data desejada. Suspendeu a apreciação desse requerimento. EM PRIMEIRO TURNO: 1) Projeto de Lei nº 2.015/16 – “Dispõe sobre a criação do canal ‘Disque corrupção’ no Município e dá outras providências.” Autoria: vereador Pablo César-Pablito. Foi aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito - apresentada pelo relator, vereador Preto. A pedido do vereador Dr. Nilton, o presidente suspendeu a apreciação dos projetos de lei nºs 2.016, 2.024 e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2.027/16. 2) Projeto de Lei nº 2.030/16 – “Fica instituída a Lei ‘Pai Presente’ prorrogando a Licença-Paternidade para os servidores regidos pela Lei nº 7.169, de 30 de agosto de 1996 do Município de Belo Horizonte.” Autoria: vereador Gilson Reis. Foi aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Fernando Borja, pela aprovação. 3) Projeto de Lei nº 2.034/16 – “Dispõe sobre a gestão participativa de praças, canteiros e jardins do Município de Belo Horizonte e dá outras providências.” Autoria: vereador Pedro Patrus. A comissão perdeu prazo para apreciação deste projeto, uma vez que o relator, vereador Pedro Bueno, não emitiu parecer. O presidente registrou a presença do vereador Pedro Bueno. 4) Projeto de Lei nº 2.040/16 – “Prorroga a seleção pública de que trata o Edital nº 08/2014, que dispõe sobre a Seleção Pública para funções do Serviço Social Autônomo - Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro - SSA-HMDCC, publicado pelo Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação - IBFC.” Autoria: vereador Adriano Ventura. Parecer do relator, vereador Preto, pela rejeição. Para discutir, o relator procedeu à leitura parcial da fundamentação de seu parecer. O vereador Dr. Nilton observou que se trata de seleção pública e não de concurso público. Colocado em votação, o parecer foi aprovado, por unanimidade. 5) Projeto de Lei nº 2.041/16 – “Proíbe a realização de evento público ou privado de pequeno, médio ou grande porte no Parque Municipal das Mangabeiras.” Autoria: vereador Valdivino. A comissão perdeu prazo para apreciação deste projeto, uma vez que o relator, vereador Pedro Bueno, não emitiu parecer. 6) Projeto de Lei nº 2.052/16 – “Reestrutura a Carreira dos ocupantes dos empregos públicos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate a Endemias I e II.” Autoria: Executivo - Mensagem nº 35, de 16/9/16. Foi aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito - apresentada pelo relator, vereador Reinaldo Gomes. 7) Projeto de Lei nº 2.056/16 – “Institui a jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais para os integrantes da Carreira dos Servidores da Saúde da Prefeitura



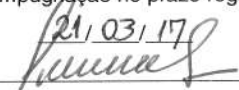
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Municipal de Belo Horizonte, instituído pela Lei nº 7.238/96 e suas alterações, aos servidores ocupantes de cargos públicos efetivos integrantes do Plano de Carreira da Área de Atividades de Saúde e aos servidores e empregados ocupantes de cargos e empregos públicos efetivos integrantes do Plano de Carreira do HOB, instituído pela Lei nº 9.154/06, da Administração Pública Direta e Indireta Municipal do Município de Belo Horizonte.” Autoria: vereador Juninho Paim. Foi aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito - apresentada pelo relator, vereador Preto. 8) Projeto de Lei nº 2.057/16 – “Dispõe sobre proteção e cuidado a crianças e adolescentes presentes em áreas de conflitos coletivos socioambientais e fundiários na Cidade de Belo Horizonte.” Autoria: vereador Gilson Reis. Foi aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Fernando Borja, pela aprovação. O presidente retomou a apreciação das seguintes proposições: EM TURNO ÚNICO: 9) Requerimento de Comissão nº 95/17. Como esse requerimento já fora aprovado em reunião anterior, o presidente colocou em discussão e votação a definição, por parte do autor, de nova data e local para realização da referida audiência. Aprovada, por unanimidade. A pedido do vereador Dr. Nilton, o presidente, às 13h53min, suspendeu os trabalhos. Reaberta a reunião, às 13h54min, retomou-se a apreciação das seguintes proposições: EM PRIMEIRO TURNO: 10) Projeto de Lei nº 2.016/16 – “Cria o Bilhete Especial do Desempregado no âmbito municipal e dá outras providências.” Autoria: vereador Joel Moreira Filho. A comissão perdeu prazo para apreciação deste projeto, uma vez que o relator, vereador Dr. Nilton, não emitiu parecer. 11) Projeto de Lei nº 2.024/16 – “Dispõe sobre o serviço informatizado para marcação de consultas na Rede Básica de Saúde do SUS, no Município.” Autoria: vereador Joel Moreira Filho. Foi aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Dr. Nilton, pela aprovação. 12) Projeto de Lei nº 2.027/16 – “Institui o controle da poluição sonora integrado ao planejamento urbano em Belo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Horizonte.” Autoria: vereadora Elaine Matozinhos. Foi aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Dr. Nilton, pela aprovação. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos às 13h55min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

<p>ATA APROVADA</p> <p>(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)</p> <p>distribuída em avulso, no dia <u>10/3/17</u>, não</p> <p>foi apresentada impugnação no prazo regimental.</p> <p><u>21/03/17</u></p> <p></p> <p>Presidente</p>
